
Isabel Travancas e Sónia Ferreira

Alarme!.. e Portugal Democrático – a imprensa portuguesa no exílio

76

Alarme!.. e Portugal Democrático – a imprensa portuguesa no exílio

Alarme!.. and Portugal Democrático – the Portuguese press in exile

Isabel Travancas (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

isabeltravancas@gmail.com

Sónia Ferreira (Universidade Nova de Lisboa)

sonia.ferreira@fcsb.unl.pt

Resumo

O regime autoritário português foi uma das mais longas ditaduras do século passado que se caracterizou por ser um Estado policial repressivo, que impediu a modernização, a reflexão crítica e manteve altos os índices de analfabetismo deixando um espaço muito restrito para as atividades da oposição. Muitos dos membros desta decidem ou são mesmo obrigados a deixar o país a caminho do exílio, onde empreendem ações de luta e reivindicação contra o regime, construindo partidos e movimentos políticos, fundando associações, publicando jornais.

A imprensa tem sido ao longo de décadas e mesmo séculos objeto de análise por historiadores, estudiosos da comunicação, sociólogos e antropólogos a partir de distintas perspectivas. Sabemos que ela continua a ter um papel e a ser uma força importante em pleno século XXI ocupado pelos media digitais. Neste artigo quisemos lançar um olhar para o século XX e para um género particular de imprensa: jornais que também poderiam ser chamados de “alternativos”, produzidos por exilados portugueses. Ou seja, falamos de uma imprensa muito específica e particular, produzida em condições adversas, tanto pela própria situação pessoal dos seus colaboradores, como pela sua estrutura, já que dependia do trabalho voluntário e militante dos seus produtores.

Pretende-se assim apresentar *O Alarme!..* e o *Portugal Democrático* - dois jornais de resistência à ditadura portuguesa produzidos no exílio em França e no Brasil – e analisar o seu conteúdo, o seu formato e a sua linguagem procurando destacar algumas semelhanças e diferenças. *O Alarme!..*, produzido em Grenoble e em Paris teve uma curta duração – de 1972

a 1975- e caracterizou-se por ser o veículo de um grupo de exilados portugueses ligados à esquerda radical. Já o *Portugal Democrático*, editado em São Paulo circulou durante quase 20 anos – de 1956 a 1975 – escrevendo para o jornal não apenas intelectuais, artistas e políticos portugueses como jornalistas e intelectuais brasileiros simpatizantes da luta contra a ditadura em Portugal.

Estes jornais inserem-se num contexto histórico, político e ideológico mais geral, circulando para além das fronteiras dos países onde eram produzidos, através das redes de exilados e oposicionistas. Por seu lado, o Estado Novo também tentava controlar a produção jornalística realizada nos contextos migratórios e de exílio.

A metodologia utilizada na pesquisa para a compreensão do discurso jornalístico foi a análise de conteúdo. Esta mostrou que ainda que o objetivo primordial dos dois veículos fosse divulgar uma causa política, fica evidente a identidade jornalística de cada um deles.

Palavras chave: imprensa; exílio; Portugal; Brasil; França.

Abstract

The Portuguese authoritarian regime was one of the longest dictatorships of the last century characterized by being a repressive police state, which prevented modernization, critical reflection and maintained high levels of illiteracy leaving a very restricted space for opposition activities. Many of the opposition members decide or were obliged to leave the country on their way to exile, where they undertake actions of struggle and claim against the regime, building parties and political movements, founding associations, publishing newspapers.

The press has been for decades and even centuries subject to analysis by historians, communication scholars, sociologists and anthropologists from different perspectives. We know that it continues to play a role and to be an important force in the 21st century occupied by digital media. In this article we wanted to take a look at the twentieth century and into a particular kind of press: newspapers that could also be called 'alternative press', produced by Portuguese exiles. That is, we speak of a very specific and particular press, produced in adverse conditions, both by the personal situation of its creators and by its structure, since it depended on the voluntary and militant work of its producers.

The proposal of this article is to present *O Alarme!..* and *Portugal Democrático* - two newspapers of resistance to the Portuguese dictatorship produced in exile in France and in Brazil - and to analyse its content, its format and its language, trying to highlight its similarities and differences. *O Alarme!..* produced in Grenoble and Paris had a short duration - from 1972 to 1975 - and was characterized by being a vehicle of a group of Portuguese exiles linked to the radical left. The *Portugal Democrático*, published in São Paulo, circulated for nearly 20 years - from 1956 to 1974 - and wrote to the newspaper not only Portuguese

intellectuals, artists and politicians as Brazilian journalists and intellectuals sympathizers of the struggle against the dictatorship in Portugal.

These newspapers are inserted in a more general historical, political and ideological context, circulating beyond the borders of the countries where they were produced, through networks of exiles and oppositionists. For its part, the Estado Novo also tried to control the journalistic production carried out in the migratory and exile contexts.

The methodology used in the research to understand journalistic discourse was content analysis. This showed that although the primary purpose of the two vehicles was to publicize a political cause, the journalistic identity of each one is evident.

Key words: press; exile; Portugal; Brazil; France.

Exílio

Exilámos os deuses e fomos

Exilados da nossa inteireza

Sophia de Mello Breyner

Introdução

O regime autoritário português foi uma das mais longas ditaduras do século passado. Esta durará de 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974, tendo como figura central António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros a partir de 1932 e que deixará a Presidência do Conselho em 1968 para Marcelo Caetano, seu substituto. O Estado Novo, que durou quase cinco décadas, foi considerado um regime autoritário e conservador que promulgava uma ideologia nacionalista, colonialista e imperial. Este período que se caracterizou por ser um Estado policial repressivo, que impediu a modernização, a reflexão crítica e manteve altos os índices de analfabetismo, deixou um espaço muito restrito para as atividades da oposição e muitos dos membros desta decidem ou são mesmo obrigados a deixar o país a caminho do exílio. Nestes destinos empreendem ações de luta e reivindicação contra o regime, construindo partidos e movimentos políticos, fundando associações, publicando jornais. São dois órgãos desta imprensa do exílio que este artigo analisará.

A imprensa tem sido ao longo de décadas e mesmo séculos objeto de análise por historiadores, estudiosos da comunicação, sociólogos e antropólogos a partir de distintas perspectivas. Sabemos que ela continua a ter um papel e a ser uma força importante em pleno século XXI ocupado pelos media digitais. Neste trabalho pretendemos lançar um olhar para o século XX e para o gênero particular de imprensa acima referido: jornais que também

poderiam ser chamados de “alternativos”, produzidos por exilados portugueses em Grenoble e Paris, em França e em São Paulo no Brasil contra a ditadura do Estado Novo. São eles *O Alarme!..* e *o Portugal Democrático*.

Ao discutir o lugar e o papel da imprensa é fundamental compreender a especificidade dos dois jornais. Estes podem ser classificados como jornais de resistência, pois são fundamentalmente políticos e detêm um objetivo claro e definido: lutar contra o regime ditatorial (Paulo, 2007). Nesse sentido, poderíamos relacioná-los com os jornais – muitos – da França pré Revolução de 1789, que não tinham como preocupação central a notícia e sim a divulgação de ideias. O historiador de imprensa, Jeanneney (1996: 68) comenta que durante o ano de 1789 surgiram em Paris entre 150 e 190 jornais que misturavam notícias, comentários e insultos. São contextos e países distintos mas a imprensa revolucionária francesa pode ter pontos de contato com o *Portugal Democrático* e o *Alarme!..* pelo facto de, nos dois períodos, terem todos uma causa como questão central. A notícia ainda não era um produto que estava à venda como no jornal empresa da sociedade capitalista, como analisa Medina (1980).

Ou seja, falamos de uma imprensa muito específica e particular, produzida em condições adversas, tanto pela própria situação pessoal dos seus colaboradores, como pela sua estrutura, já que dependia do trabalho voluntário e militante dos seus produtores.

*O Alarme!..*²⁶ é uma publicação que surge em Grenoble em 1972, produzida por um grupo de militantes portugueses, designando-se, numa primeira fase, por *O Alarme!.. Jornal dos Portugueses da Região de Grenoble* e, a partir do nº 16 publicado em Janeiro de 1974, a nomear-se *O Alarme!.. Jornal Popular Português*. Mais tarde, a partir de meados de 1975²⁷, até ao último número, nº 37 de Dezembro 1975, será publicado em Paris. O jornal está ligado ao trabalho desenvolvido em Grenoble por militantes do núcleo d’“O Comunista” mas não possui filiação partidária efetiva, pelo menos num primeiro momento. Os seus produtores têm contudo ligações a grupos políticos como *O Comunista*²⁸ (Paris) e mais tarde *O Grito do Povo* e a *OCMLP* – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa²⁹. O jornal surge também na

²⁶ A pesquisa sobre *O Alarme!..* enquadra-se no projecto “Representações Mediáticas da nação: ser português no mundo” (2015-2018) (SFRH/BPD/78828/2011) (CRIA – FCSH/Nova; URMIS – Paris 7). A pesquisa sobre o *Portugal Democrático* é parte do projeto “Jornais e jornalistas portugueses no exílio no Brasil” desenvolvido na UFRJ/PIBIC. Ele faz parte também dos projetos desenvolvidos no Grupo de pesquisa “Imprensa e circulação de ideias nos séculos XIX e XX”, coordenado pela historiadora Isabel Lustosa.

²⁷ Não foi possível estabelecer com exatidão pelos testemunhos a partir de que número o jornal passa a ser produzido em Paris. No próprio jornal não existe indicação sobre essa situação.

²⁸ Organização que surge em Paris em 1968 integrando elementos dissidentes da CMLP (Comité Marxista-Leninista Português) e do PCP (Partido Comunista Português) com uma organização federativa em torno do jornal com o mesmo nome “O Comunista” (1968-1972). Em 1973 funde-se com o “Grito do Povo” dando origem à OCMLP.

²⁹ OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa. Grupo que se forma inicialmente em torno do jornal *O Grito do Povo* (1971-1974) que surge em finais de 1969 e

continuação do trabalho militante desenvolvido por este grupo junto da emigração portuguesa em Grenoble, no apoio a greves e lutas laborais locais e na realização de festas e encontros onde se apresentavam cantores e grupos de intervenção como Zeca Afonso, Tino Flores e o *Teatro Operário* do encenador Hélder Costa.

O *Alarme!...* produz o seu último número em Dezembro de 1975. A duração do jornal para além da Revolução, muitos colaboradores desta e doutras publicações tinham já deixado o território francês, explica-se pelo posicionamento do grupo político que se opõe ideologicamente a muitos dos acontecimentos do PREC (Processo Revolucionário em Curso), visível no último ano e meio de publicações. Ficam por isso militantes clandestinos em França até considerarem clara a situação política em Portugal. Não existindo no último número qualquer indicação sobre o fim da publicação, o seu editorial reflete contudo ainda os acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 e das tensões e conflitos políticos do qual este dia será o culminar.

O *Portugal Democrático* é um jornal que, como o *Alarme!...*, nasce como uma reação à ditadura portuguesa no exterior. Esse é sem dúvida o ponto que os une. Veículos produzidos fora de Portugal com o objetivo de divulgar para o mundo o que acontecia no seu país e que os meios de comunicação nacionais não noticiavam.

Este órgão, criado em São Paulo em 1956 por um grupo de portugueses exilados que reunia uma diversidade de intelectuais e políticos, foi mais do que uma publicação informativa. Ele fazia parte de um amplo movimento internacional antisalazarista. E um dos pontos relevantes da história desta publicação é a sua larga duração. Ele circula no Brasil durante quase 20 anos – sendo o seu último número de 1975.

É importante ressaltar que o *Portugal Democrático* não contou com a colaboração de emigrantes portugueses no país, uma vez que grande parte dessa comunidade, que deixou sua terra em busca de trabalho e de uma vida melhor, possuía baixa escolaridade (Paschkes, 1985) e se alinhava ao Governo de Salazar se mantendo distante ou crítica em relação aos exilados.

O jornal fundado por Vitor Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura reunia de republicanos a socialistas, mas a sua maioria era composta por membros do Partido Comunista Português como Miguel Urbano Rodrigues, Joaquim Barradas de Carvalho, Augusto Aragão, António Bidarra da Fonseca e Joaquim Quitério.

Ao longo de sua história o perfil de colaboradores entre portugueses e brasileiros foi-se ampliando incluindo advogados, engenheiros, operários, comerciantes, além de escritores e artistas, num total de mais de 50 colaboradores, como os sociólogos Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, o crítico literário António Cândido, historiadores como Sérgio

que tem como área de influência predominante a região do Porto e Covilhã. Ver: Cardina (2011: 97-116).

Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, escritores como Graciliano Ramos, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, entre outros.

Exílio e imprensa na França e no Brasil

A experiência do exílio é um elemento crucial para o estudo destes dois periódicos. Os homens - praticamente não há mulheres atuando no *Portugal Democrático*, ao contrário do *Alarme!*.. - jornalistas, muitos deles, intelectuais todos eles, decidem abandonar seu país natal e tentar construir um espaço de resistência ao governo português em França e no Brasil através do jornal em que atuam.

“O exílio é uma forma de migração que se distingue das migrações ditas econômicas pelo seu caráter forçado. O exílio é uma migração involuntária daquele que teria sonhado ficar em seu país, mas que foi cassado ou que teve de deixá-lo para escapar às perseguições ou a ameaças graves”, afirma o historiador Bruno Groppo (2002: 70)

Este indivíduo exilado é definido pelo antropólogo Douglas Silva (2007:16) como “personagem engajado em atividades coletivas de intervenção cultural e política, no estrangeiro, destinadas a pôr termos ao seu próprio exílio”. Vale aqui destacar que o exílio se diferencia de outros processos migratórios também pela relação que os exilados mantêm com seu país de origem que é, em geral, estreita e intensa durante todo seu afastamento. Ainda que vários portugueses depois do 25 de Abril, tenham decidido permanecer no Brasil e em França a sua conexão era com Portugal e a permanência no exílio era vivida como temporária.

Por outro lado, o termo exílio possui também uma definição institucional e não apenas identitária. Para o caso francês, o historiador Victor Pereira (2000) distingue para as “designações dos exilados portugueses em França entre 1958 e 1974”, por exemplo, entre “as tipologia dos investigadores”, “as designações dos exilados políticos portugueses feitas pelo Estado francês” e a “auto-representação”. Ou como refere Silva na sua análise sobre o exílio português no Brasil: “a produção social de categorias auto-atribuídas ou atribuídas por terceiros, constitutivas de uma vocabulário nativo” (2007: 243) que remontando conceitualmente ao contexto histórico-social europeu são ressemantizadas no brasileiro.

O fluxo de intelectuais portugueses opositores que chega ao Brasil na década de 50 (Matos, 2014) parece apresentar-se como um grupo mais homogêneo em termos de motivações e posicionamento ideológico, ou seja, auto-apresentando-se desde logo como “emigrante político” ou “exilado” e construindo-se identitariamente como “intelectual”, em alguns casos com forte reconhecimento social. No entanto, como adverte Silva (2007) as categorias não eram estáveis e, em grande medida devido também à história pós-colonial das relações luso-brasileiras, “as fronteiras simbólicas constitutivas da situação social do imigrante português no Brasil” (2007: 253) eram ténues e tensas.

Outros exílios europeus e seus periódicos

No contexto europeu, o ambiente político vivido em Portugal não era único. A Europa no século XX viveu duas guerras e dois outros países estiveram sob o controle de ditaduras longas: Espanha (1939-1975) e Itália (1922-1943) com figuras políticas emblemáticas como Francisco Franco e Benito Mussolini. Estes governos autoritários, tal como o português, obrigaram políticos, intelectuais, trabalhadores, estudantes, professores, advogados, entre outros profissionais a exilarem-se. E muitos destes grupos no exílio produziram jornais e revistas. Algumas voltadas para a luta antifascista e outras definindo-se por uma perspectiva cultural e literária.

No caso da Espanha, os dois países que centralizaram a acolhida de exilados espanhóis foram a França e o México (Abrão, 2010). Em termos de imprensa política os órgãos ligados ao PSOE (Partido Socialista Espanhol), PCE (Partido Comunista Espanhol), Izquierda Republicana e CNT (Central Nacional dos Trabalhadores) foram os mais importantes e estáveis. Seu objetivo era denunciar o franquismo e também atuavam como uma arma política de difusão ideológica. Havia uma imprensa mais política – partidária e sindical (Eiroa, 2013) -, veículos editados por centros culturais e associações e a comunicação institucional do Governo da República. Um bom exemplo é o *Mundo Obrero* produzido pelo PCE e editado em Paris, Toulouse e Argel. Os órgãos *España Popular* e *Nuestra Bandera* reuniam comunistas na luta antifranquista. O México configurou-se como capital da imprensa literária do exílio durante as décadas de 1940 e 1950 (Semata, 2012). Até 1941 haviam chegado cerca de 20 mil espanhóis entre professores universitários, catedráticos e cientistas. Foram criadas inúmeras revistas literárias como *Romance*(1940-41), *España Peregrina*, *Litoral* e *Las Españas*(1946).

Mas não foram só revistas literárias. O Partido Izquierda Republicana publicou mensalmente no país um órgão com seu nome a partir de 1944 e o Ateneo Republicano Español produzia também no México o *Nuestra República*.

Em Itália, a imprensa libertária refugia-se principalmente em França, onde no período entre as duas guerras mundiais produz cerca de sessenta títulos, destes catorze só na cidade de Marselha (Fontanelli, 2013). Alguns destes títulos são o *Bolletino d'Informazioni dell'Unione Anarchica Italiana* ou o *Il Picconiere*. Em Paris foi publicado, entre outros, o *Resistere* e fora de França, nos Estados Unidos, podemos encontrar títulos como o *L'Adunata dei Refrattari* (Newark).

Em termos gerais a imprensa antifascista italiana com origem no exílio reproduzia as divisões já existentes em Itália junto dos grupos oposicionistas (Van Dooren, 1990). Em França, podemos encontrar imprensa anarquista, como já referido, mas também comunista, socialista, republicana e liberal. O primeiro jornal comunista que surge em França, com o apoio do Partido Comunista Francês, é o *L'Araldo* (1922) que devido às perseguições e proibições que sofrerá também em França, mudará várias vezes de nome, a partir de 1927 intitular-se-á

Stato Operaio e a partir de 1940 será editado em Nova Iorque. As publicações socialistas *L'Emigrato* (mais tarde *L'Emigrato Socialista*) ou o *L'Avanti. Il bollettino del partito socialista italiano*, entre dezenas de outras, marcaram a história do exílio italiano na Europa e nos Estados Unidos (ibidem).

Os jornais portugueses aqui analisados também se inserem no contexto histórico, político e ideológico europeu mais geral, circulando para além das fronteiras dos países onde eram produzidos, através das redes de exilados e oposicionistas. Em França a existência de várias publicações bilíngues ou mesmo apenas em francês demonstra a vontade de levar a mensagem mais longe, para fora do grupo nacional. Por seu lado, o Estado Novo também tentava controlar a produção jornalística realizada nos contextos migratórios e de exílio. No Brasil encontramos imprensa produzida por migrantes portugueses desde o séc. XIX, sendo que no período do Estado Novo alguns destes órgãos de imprensa são por vezes patrocinados e custeados pelo regime que dessa forma procura controlar os seus conteúdos. Em França, uma publicação como o *Alarme!..* insere-se numa longa lista de quase cem publicações, (Volovitch-Tavares, 1994; Clímaco, 1992), que nas décadas de 60 e 70 do século XX são produzidas naquele país por ou para os emigrantes e exilados políticos portugueses.

O Alarme!..

"O Alarme!.." é uma publicação que começará de forma modesta em Grenoble, apresentando quatro páginas no seu primeiro número de Agosto de 1972, embora vendendo já 302 exemplares. Estas quatro páginas estender-se-ão até doze ao longo da sua existência, num projeto editorial que se estenderá a outros locais em França (Paris) e na Europa (Suécia, Luxemburgo, etc). Ao longo da sua existência o jornal apresentará um conjunto de rubricas permanentes como: "Notícias Gerais"; "Tu Sabias..."; "O Povo Escreve. Cartas Recebidas"; "Notícias de Portugal"; "O Que É Preciso Saber"; "A Guerra Colonial"; "Notícias da Região"; "Um Grupo de Mulheres Continua a Escrever-nos"; "Os Leitores Escrevem", "Desporto"; "O Silva, o Zé e os seus problemas"; "Notícias de Portugal. O Povo em Luta". Estas rubricas têm oscilações, algumas desaparecem, outras são intermitentes mas de maneira geral vão ao encontro dos temas dominantes da publicação que são: 1) as condições de trabalho dos trabalhadores emigrantes portugueses; 2) notícias sobre Portugal, em particular sobre as lutas, greves e notícias sobre a Guerra Colonial e a luta anticolonial 3) notícias sobre a vida associativa portuguesa na França; 4) cartas dos leitores, poemas e testemunhos enviados para o jornal; 5) informações práticas para os emigrantes sobre legislação francesa em termos de direitos laborais e sociais.

O jornal tem ainda número de depósito legal e um director francês, Jean-Paul Sartre, situação que decorre de uma ligação prévia a um militante local responsável pelo jornal *Verité Rhones*

*Alpes*³⁰ (VRA) que sugere que *O Alarme!*..., para efeitos legais, surja como suplemento deste que é já um suplemento regional (Rhônes-Alpes) do *La Cause du Peuple. J'Accuse* ligado à Gauche Proletarienne. Todos os procedimentos ligados à produção do jornal assumiam contudo uma forma semiclandestina porque os seus produtores temiam a polícia política portuguesa que se encontrava bem implantada em França. Em termos de redação, esta era constituída no início por cinco pessoas (três mulheres e dois homens) sendo ampliada mais tarde. A identidade e o funcionamento da redação eram clandestinos, existindo uma compartimentação entre os seus membros. Nem todos sabiam, por exemplo, a localização da tipografia ou a identidade de outros colaboradores.

A venda e distribuição da publicação era feita em Grenoble e seus arredores (Chambery, Annecy, Moirans), em Lyon e Paris e mais tarde em Portugal, na Suíça, na Suécia, Dinamarca, Holanda e Luxemburgo e em toda a rede internacional ligada aos comités de desertores. Para além da venda direta, o custo do jornal era de um franco, existia ainda um sistema de assinaturas mas não existem dados oficiais quanto à tiragem.

Em termos de duração é muito menor do que a do *Portugal Democrático*. Mas o facto de a publicação ter tido existido de Agosto de 1972 a Dezembro de 1975 torna-a um objeto de análise interessante porque atravessa o período do Estado Novo, o 25 de Abril e o PREC e nesse sentido o seu conteúdo acompanha as mudanças políticas e ideológicas em Portugal. É importante frisar que desde o início a publicação não se centra exclusivamente em Portugal ou em França³¹. Os conteúdos vão se dividindo entre os dois territórios porque estes eram apresentados como pertencendo a um universo onde as questões sociais e políticas eram de alguma forma as mesmas.

Na relação com os leitores, os conteúdos do jornal incluíam em grande medida a participação destes através de rubricas como "O povo escreve". Aliás, o apelo à participação dos leitores, entendido aqui como trabalhadores e trabalhadoras emigrantes portugueses, é veemente desde o primeiro número. Outra questão é a linguagem visual. As ilustrações presentes no jornal permitem de alguma forma compreender o universo simbólico e ideológico da época. Estas eram ou retiradas de outros jornais e retrabalhadas ou eram utilizadas imagens de ilustradores conhecidos ou desenhos inéditos de colaboradores e simpatizantes e, escassamente, fotografia. Em termos de conteúdos, pode-se afirmar que o jornal detém objetivos políticos explícitos com ligação permanente a lutas e movimentos sociais, dando particular ênfase às questões do trabalho, da condição de emigrante, da Guerra Colonial e da deserção. Apesar de aparecer como um jornal feito por emigrantes e trabalhadores para os seus pares e uma filiação política efetiva, pelo menos até ao 25 de Abril, ser esbatida a filiação

³⁰ Jornal de contrainformação em relação a jornais como o *Dauphiné Libéré* ou o *Progrès*.

³¹ Mais tarde os conteúdos estender-se-ão igualmente a outros países, Dinamarca, Luxemburgo, Suécia, Holanda, locais onde existiam comités de desertores ou células ou grupos organizados do "Comunista" ou da O.C.M.L.P. (O Grito do Povo).

ideológica encontra-se bem explícita e perpassa todos os conteúdos. De tendência maoísta, declarando claro apoio aos regimes chinês e albanês, apoia os movimentos revolucionários desta tendência ideológica. As próprias atividades militantes que extravasam a realização do jornal, como as festas e bailes, os jogos de futebol, os piqueniques estavam ligadas maioritariamente à sociabilidade das classes populares. Por esse motivo é grande o destaque dado ao movimento associativo nas páginas do jornal, onde existiam mesmo rubricas dedicadas apenas ao relato das suas atividades: “Notícias dos clubes e das salas dos portugueses”, “A Palavra aos Clubes, Salas dos Trabalhadores”, “Desporto”. Portanto em *O Alarme!*.. é muito mais a identidade do trabalhador emigrado que é evocada do que a do exilado ou militante. Como refere Pereira (2000: 41): “(...) dans les journaux écrits pour les “immigrés” portugais, les exilés politiques tendent à cacher leurs différences et à s’identifier à leurs lecteurs potentiels”.

O Portugal Democrático

A história do jornal pode ser pensada em duas etapas. A primeira refere-se aos anos de 1956 e 1957 quando o jornal era mensal, tinha cerca de oito páginas no formato tabloide, capa com duas cores – o vermelho sempre esteve presente - tiragem reduzida e alcance restrito a São Paulo. A partir de 1958, o periódico entra numa nova fase com maior porte, tiragem de cerca de quatro mil exemplares, periodicidade semanal, um número maior de colaboradores e anunciantes e algumas edições com mais de 20 páginas. Além disso, passa a ter circulação nacional. Ao longo dessa fase é publicado no formato *standard* - passa a ser tabloide em outubro de 1974 - e a cor não está restrita apenas à primeira página. O *Portugal Democrático* foi produzido durante muito tempo em condições “precárias”, uma vez que a colaboração era voluntária e os custos de impressão do jornal e outras despesas eram cobertos por doações, poucos anúncios e as assinaturas que ajudavam o jornal a manter-se.

Um dos jornalistas mais importantes do jornal, Miguel Urbano³² afirmou posteriormente que o *Portugal Democrático* “contribuiu decisivamente para o êxito do trabalho desses antifascistas, funcionando como elo de ligação entre os núcleos de emigração democrática da América e da Europa.” Esta afirmação só reforça a percepção que este é um jornal feito por intelectuais. Para o historiador francês Christophe Charle (1990) esta categoria nasce com a polémica sobre o julgamento e a condenação injusta à prisão do capitão judeu Alfred Dreyfus em 1890. O ápice deste debate foi a publicação no jornal *L’Aurore* do texto “J’accuse”, do escritor Émile Zola, de apoio ao capitão e contra a sua condenação. É um momento emblemático em que um intelectual intervém com vigor no espaço público francês. É também quando esse neologismo “intelectual” adquire, na sua acepção substantivada, uma significação coletiva e social.

³² (www.odiarrio.info)

A linha ideológica editorial do jornal é de esquerda, incluindo nela socialistas e comunistas e o seu foco são as notícias sobre Portugal e as suas colónias. Durante os seus quase 20 anos de existência o Brasil não foi tema das suas páginas, com raras exceções. Não há menção, por exemplo, ao golpe militar de 1964, nem ao decreto AI-5. Isso pode ser compreendido também como uma estratégia de sobrevivência durante a ditadura brasileira.

Nas páginas do *Portugal Democrático* havia reportagens, artigos de intelectuais sobre Portugal e as colónias, poesia, charges, ilustrações, desenhos e fotografias, além de colunas de notas como "Ecos"- uma espécie de miscelânea de assuntos variados, "Notas Esportivas", "Notas Internacionais" e "Vida Associativa", que abordava atividades do Centro Transmontano de São Paulo e da Associação Portuguesa de Desportos, por exemplo.

À medida que o jornal ganhou força, passou a ter correspondentes em várias cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, Recife e Londrina e no exterior, em Inglaterra, Holanda, Canadá, Venezuela, Uruguai e França. Neste último país era representado pelo Grupo de Amigos do Portugal Democrático com endereço em Seins.

A publicação durante a sua existência mudou seu formato, logotipo e diagramação. Começa a sua trajetória como uma "colcha de retalhos" com muitos assuntos na primeira página e com artigos que continuavam em outras páginas ao longo da edição. Facto frequente na imprensa dos anos 1950 e não só no Brasil.

O jornal deixa de circular em 1975, um ano depois da Revolução do Cravos. Para os membros do *Portugal Democrático* o 25 de Abril foi também fruto da luta dos exilados e expressam isso nas suas páginas. Ele acompanhará com muita atenção seus desdobramentos durante um ano, quando chega ao fim sua existência uma vez que o seu objetivo fundamental – o fim da ditadura – havia sido atingido.

A Guerra Colonial no *Alarme!...* e no *Portugal Democrático*

A questão da guerra colonial é fracturante no âmbito dos movimentos oposicionistas que se dividiam relativamente à atitude a tomar em relação ao conflito bélico, entre a incorporação para desenvolvimento de trabalho político no interior das forças armadas ou a deserção com armas. Não há dúvida de que a questão das colónias foi fundamental para os dois jornais e por isso escolhemos analisá-la ainda que brevemente.

A oposição à guerra colonial é um ponto central para o debate dos grupos oposicionistas e as posições defendidas pelo comité editorial do *O Alarme!..* são o apoio à deserção e aos movimentos de libertação africanos, o que permeará grande parte dos conteúdos veiculados pelo jornal. Desde o nº 2 que este possui uma rubrica permanente intitulada "Guerra Colonial" onde podemos observar desde cartas dos leitores, a artigos de opinião da equipa redatorial ou notícias retiradas de outros órgãos de informação.

Um primeiro exemplo é visível no nº 2 (Outubro 1972, pág. 5) onde se reproduz a carta de um leitor, intitulada "A maior miséria do mundo". Nesta este denuncia a situação dos feridos e mutilados de guerra e terá resposta no número seguinte do jornal (nº 3, Novembro, 1972, pág. 6), no qual se apresentam mais dados fornecidos por este leitor. No final, o jornal expõe as suas conclusões: "Vocês estão a ver como é, esses capitalistas danados, obrigam os jovens a ir para a guerra para defender o que eles lá têm, dão cabo deles e depois continuam a utilizá-los para os explorar até morrer. E para nos enganarem dão-nos medalhas de heróis, missas, e dizem que é para defender a Pátria, mas está-se mesmo a ver que a nossa Pátria não é a mesma de toda essa corja de bandidos". Esta resposta encontra-se alinhada com a política editorial do jornal que assinala sempre a exploração capitalista e a guerra colonial como questões associadas e interdependentes.

Nas suas páginas, o jornal volta incessantemente a esta questão, seja através da sua rubrica permanente, seja para assinalar datas ou acontecimentos de relevo sobre esta matéria, como o assassinato de Amílcar Cabral (nº 6, Fevereiro 1973) que surgirá na capa em destaque com o título "Mais um crime do capitalismo português. Amílcar Cabral foi assassinado no dia 20" ou a declaração de independência da Guiné-Bissau (nº 14, Novembro 1973) com o título na capa "Viva a independência do povo da Guiné. Os povos têm o direito a ser livres" ou ainda a deserção de cinco marinheiros portugueses (nº 15, Dezembro 1973) com o título na capa "Dizem cinco marinheiros que desertaram: "quando um dia pegarmos em armas será contra os inimigos dos povos de Portugal e das colónias".

Neste jornal as questões de género assumem também grande centralidade e relativamente à guerra colonial, a posição das mulheres portuguesas e africanas no que diz respeito ao conflito bélico e ao seu combate é frequentemente discutida. Apresentar-se-á um exemplo. No número 2 (Outubro, 1972, pág. 5), na rubrica "A Guerra Colonial", é publicada uma notícia com o título: "Uma Mãe Escreve "não vás à guerra colonial"". Nesta carta uma mulher, apresentada como "antiga operária numa fábrica de cortiça e mãe de três filhos" refere que diz aos seus filhos e a outros jovens para não irem fazer a guerra colonial, defendendo que as mulheres portuguesas devem apoiar a deserção e a luta dos povos das colónias. O texto, retirado do "Insurreição", boletim do comité de desertores na Dinamarca, sintetiza assim as posições defendidas pelo comité editorial do jornal, dando-lhe aqui uma nuance de género ao sugerir as posições que as mulheres devem assumir neste processo.

Desde o seu primeiro número até ao último, a guerra colonial ocupou as páginas do *Portugal Democrático* com reportagens, artigos, editoriais, fotos e colunas. E na sua trajetória esta questão foi ganhando mais destaque e importância.

Na edição do primeiro número do jornal em Julho de 1956, já havia uma coluna intitulada "Assuntos Coloniais" assinada por Altino Amaral. Nesta encontra-se a foto de um mercado em Moçambique com mulheres sentadas. O tom do texto é enfático e crítico em relação à

exploração na Guiné, Moçambique, Angola, Cabo Verde e outros países, e ao uso da violência e da força por parte do Governo português. Este termina afirmando que o Portugal Metropolitano não pode consentir com o que ocorre no Portugal Ultramarino. Em termos jornalísticos, as edições do *Portugal Democrático* apresentam muitos textos assinados e “editorializados” na medida em que há um discurso persuasivo presente e não apenas noticioso.

Conforme o tempo avança, cresce o espaço dedicado à questão colonial. Notícias grandes e com fotos passam a ocupar a primeira página do jornal, como é o caso da edição de Outubro de 1970 que reproduz na sua capa fotos da revista alemã *Der Spiegel* feitas no norte de Moçambique, onde aparece a cabeça de um membro da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) decepada por um soldado do Exército português com o apoio de seus companheiros que riem da cena. O texto-legenda afirma no final: “É dessa forma que o nome de Portugal é manchado na guerra abjecta e criminosa a que Marcelo Caetano ligou seu nome”.

O editorial “O renascimento de uma nação” da edição de Maio de 1974, o número seguinte ao 25 de Abril, comenta que no início tinham a impressão que se tratava de um simples golpe militar que ocorrera, mas na verdade foi uma Revolução popular. “O povo retomou seu lugar nas praças, avenidas e balcões gritando suas esperanças e alegrias.” A união entre civis e militares, segundo o editorial, exige o fim das políticas colonialistas. E se o Exército foi duramente criticado durante toda a existência do jornal, principalmente em função da guerra colonial, o texto termina afirmando que “Exército e povo se reencontraram nas ruas ensolaradas de um país que substituiu nos canos dos fuzis, as balas pelas flores.” Imagem que remete à foto emblemática do movimento e que aparece na contracapa da última edição do jornal, de Abril de 1975, e que mostra uma criança colocando um cravo vermelho numa espingarda.

Neste último número a questão colonial ocupa várias páginas com notícias como a chegada de Agostinho Neto, presidente do MPLA (Movimento pela Libertação de Angola) a Lisboa, vindo da Holanda, na qual ele afirma que a independência total de seu país ainda não está nas suas mãos e que há ainda que lutar contra as forças da opressão.

Na mesma página no alto, com o título “Negociações com a FRELIMO”, está a notícia sobre as relações da Frente de Libertação de Moçambique com Portugal, onde o primeiro ministro Joaquim Alberto Chissano salienta que o colonialismo acabou e que é hora de “honrar pelo sangue derramado pelos nossos jovens” e encontrar uma base comum para estabelecer uma cooperação entre os dois países. Depois de muitas notícias, artigos e fotos sobre a violência da guerra colonial e a respectiva desaprovação ao Governo ditatorial, o tom dos textos posteriores ao 25 de Abril, em geral de grandes dimensões, não negam o passado de violência por parte dos colonizadores portugueses representados pelo Exército mas enfatizam a necessidade de diálogo e cooperação entre Portugal e suas ex-colónias.

Considerações finais

As duas publicações tem objetivos muito semelhantes contudo apresentam também aspectos distintos, não só na sua duração como principalmente na filiação ideológica no seio do movimento oposicionista português. Em *O Alarme!*.. a filiação ideológica dos produtores é específica e com ligações não só a organizações políticas portuguesas de tendência maoísta como a movimentos políticos em França. Isto é visível na sua aproximação às ideias da *Gauche Proletarienne* e do *Vive la Révolution*, dois grupos que advogavam a imersão completa no meio operário. Por outro lado, o anonimato e o carácter coletivo de construção e redação do jornal é enfatizado. Não se hierarquiza a autoria e não participam intelectuais de renome à época.

Os intelectuais que fundaram o *Portugal Democrático* assim como os inúmeros portugueses e brasileiros que participaram do jornal nos seus 19 anos de vida, tinham posições políticas distintas e filiações diversas. O que os unia era o horror à ditadura salazarista e a necessidade de não apenas divulgá-la no exterior como combatê-la através dos meios de comunicação. Diferentemente do *O Alarme!*... que apresentava um grupo mais coeso em termos ideológicos, os diversos colaboradores do periódico tiveram uma reação efusiva aquando da Revolução de 25 de Abril, comemorando nas suas páginas com muito alarde e alegria o fim da ditadura do Estado Novo demonstrando também que com ela o jornal perdia a sua razão de existir.

Referências Bibliográficas

- ABRÃO, J. (org.) (2010): *Espanha- política e cultura*, Porto Alegre, EdIPUCRS.
- CARDINA, M. (2011): *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China.
- CHARLE, C. (1990): *Naissance des intellectuels – 1880- 1900*, Paris, Minuit.
- CLÍMACO PEREIRA, A. C. (1992): *La presse de l'émigration politique portugaise en France – analyse du journal O Salto 1970-1974*, tese para a obtenção do grau de mestre sob a direcção de Andrée Bachoud, Universidade de Paris VII.
- EIROA SAN FRANCISCO, M. (2013): La producción periodista del exilio republicano (1939-1950). In: *Arbor*, 189 (759): a010 *Ciencia, Pensamiento y Cultura*. V.189-759, enero-febrero 2013.
- Disponível em <http://dx.doi.org/10.3989/arbor.2013.759n1009>.
- FONTANELLI, F. (2013): La presse libertaire italienne en exil à Marseille dans l'entre-deux-guerres, comunicação apresentada no colóquio "Presse et exil", Roma, 23-25 Setembro. <https://exil.hypotheses.org/tag/presse>

- GROPPO, B. (2002): Os exílios europeus no século XX. *Diálogos*, Maringá, DHI/UEM, v. 6: 69-100.
- JEANNENEY, J.-N. (1996): *Une histoire des medias*, Paris, Seuil.
- MEDINA, C. (1980): *Notícia – um produto à venda*, São Paulo, Summus Editorial.
- MATOS, M. I. S. de & GONÇALVES, L. P. (2014): Exílios e resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil. O jornal *Portugal Democrático*: questões e debates (1958-1977). In: Projeto História, São Paulo, n. 50: 224-246.
- PASCHKES, M. L. de A. (1985): *A ditadura salazarista*, São Paulo, Brasiliense.
- PAULO, H. (2007): O jornalismo como alternativa. Os exilados e a sua colaboração nos jornais brasileiros. *Estudos do Século XX*, Coimbra, nº 7: 61-76.
- PEREIRA, V. (2000): *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*, tese com vista à obtenção do grau de mestre sob a direcção de Anne-Sophie Perriaux, Universidade de Rouen.
- SEMATA, M. N. P. (2012): Breve historia del exilio literario español en México* (1939-1950). *Ciencias Sociales e Humanidades*, vol. 24, Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco, México: 415-434.
- SILVA, D. M. da (2007): *Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX*, Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação. Museu Nacional. UFRJ/MN.
- VAN DOOREN, B. (1990): Ecrire l’histoire du Fuoriusctismo. In: AA.VV. *Presse et mémoire. France des étrangers, France des libertés*, Génériques, Éditions de l’Atelier: 80-89.
- VOLOVITCH-TAVARES, M. C. (1994): Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale jusqu’en 1974. In: MARÈS, A. et MILZA, P., eds. *Le Paris des étrangers depuis 1945*, Paris, Publications de la Sorbonne.